



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Documento Nº 59485/23

EXERCÍCIO: 2024
SUBCATEGORIA: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
JURISDICIONADO: Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha
DATA DE ENTRADA: 01/06/2023
ASSUNTO: Encaminhamento de LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
relativa ao exercício de 2024.
INTERESSADOS: Lauro Adolfo Maia Serafim

Lei Municipal nº 1.941, de 23 de maio de 2023.

De autoria do Poder Executivo Municipal.

*Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para
Elaboração do Orçamento do Exercício de 2024.*

O Prefeito Municipal de Catolé do Rocha - PB, o Sr. Lauro Adolfo Maia Serafim, no uso de suas atribuições legais; FAÇO SABER a que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a presente Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Ficam estabelecidas as Diretrizes Gerais para a elaboração do Orçamento Municipal para o exercício de 2024, com base nos princípios fixados na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e na Lei Orgânica do Município.

Art. 2º – O Orçamento Anual do Município abrange os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional.

Art. 3º – A proposta orçamentária a ser encaminhada pelo Executivo à Câmara Municipal compor-se-á de:

- I. Mensagem.
- II. Projeto de Lei Orçamentária Anual.
- III. Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes no Anexo de Metas Fiscais e Riscos Fiscais, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 4º – A estrutura orçamentária e a funcional programática que servirão de base para a elaboração do orçamento-programa para o próximo exercício deverão obedecer à disposição constante da Classificação Institucional, da Relação de Funções, Subfunções, Programas para 2024 e do anexo referente às Metas e Prioridades para 2024, que são partes integrantes desta Lei.

Art. 5º – As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2024 são as estabelecidas no Anexo I, denominado Anexo de Metas Fiscais e Anexo II que é o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências. O Anexo I desdobra-se em:

- I. Metas Anuais;
- II. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III. Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV. Evolução do Patrimônio Líquido;
- V. Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

- VI. Avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS;
- VII. Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita;
- VIII. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- IX. Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS, Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social;

Parágrafo Único – Os demonstrativos têm seus valores expressos em mil reais, estando eles em consonância com as regras estabelecidas pelo Ministério da Fazenda, através da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 407, de 20 de junho de 2011.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 6º – A elaboração e aprovação da Lei Orçamentária de 2024 serão compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário para o setor público municipal, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo II desta Lei, elaborado de acordo com a Portaria nº. 407, de 20 de junho de 2011.

Art. 7º – As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2024, estabelecidas no Anexo I desta Lei, incluem os investimentos, as atividades de natureza continuada, a implantação do plano de resíduos sólidos a conservação e manutenção do patrimônio, administrativas e as obrigações constitucionais e legais, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei e na Lei Orçamentária de 2024, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa, conforme segue abaixo:

I. Poder Legislativo

- a) Modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das atividades administrativas, e melhoria das rotinas de trabalho;
- b) Adoção de iniciativas que venham sensibilizar a população para a participação do processo legislativo.

II. Poder Executivo

- a) Ampliação e melhoria da infraestrutura dos equipamentos públicos e adequação do quadro de servidores para a oferta de serviços essenciais básicos nos segmentos:
 - a.1. Educação – oferta de vagas no ensino regular fundamental, para as crianças em idade escolar dentro das expectativas do Plano Nacional de Educação (PNE) com foco nas seguintes metas:
 - a.1.1. Estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais com melhoria de ensino;
 - a.1.2. De redução das desigualdades e à valorização da diversidade que visem à equidade;
 - a.1.3. De valorização dos profissionais da educação para assegurar que as metas anteriores sejam atingidas.
 - a.1.4. Ampliação dos Serviços Prestados nas creches municipais, aumentando assim o número de vagas às pessoas que necessitam trabalhar e não tem onde deixar seus filhos.
 - a.2 – Saúde e saneamento – com restauração da rede física e melhoria da qualidade dos serviços de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito prestados na rede municipal com destaque para os níveis de atendimento que

proporcione a melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento;

- a.3 – Promoção Social à família, à criança e ao adolescente e à população idosa com ênfase no cumprimento das políticas estabelecidas no Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente devendo na lei orçamentária, os recursos relativos a programas sociais serem prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes carentes do Município.
- a.4 – Incentivo aos trabalhos rurais mediante ampliação de assistência ao trabalhador com a promoção de metas e prioridades que venham contribuir para a descoberta das vocações locais.
- a.5 – Ampliação de oferta de emprego e renda à população com a promoção de capacitação e criação e incentivo para as oportunidades de primeiro emprego em parceria com a iniciativa privada.
- a.6 – Recuperação e conservação do meio ambiente visando ao atendimento das determinações constantes no art. 225 da Constituição Federal.
- a.7 – De desenvolvimento, em articulação com os governos estadual e federal, de programas voltados a implementar políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festividades histórico-culturais e artísticas.

b) Reforço da Infraestrutura Econômica, nas áreas de:

- b.1 – Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária municipal;
- b.2 – Energia elétrica e solar, para fins de irrigação e eletrificação rural;
- b.3 – Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo humano e de eletrificação rural;

c) Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos segmentos:

- c.1 – Do desenvolvimento da agropecuária;
- c.2 – Da indústria, com ênfase às pequenas e micro empresas;
- c.3 – Do desenvolvimento da produção mineral.

d) Ações administrativas que objetivem:

- d.1 – A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando à otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;
- d.2 – A busca do equilíbrio financeiro do município pela eficiência das políticas de administração tributária, cobrança da dívida e combate à sonegação.

Art. 8º – Para consecução das prioridades previstas no art. 8º, o orçamento anual deverá consignar metas relacionadas com as seguintes ações de governo:

I – NA ÁREA SOCIAL

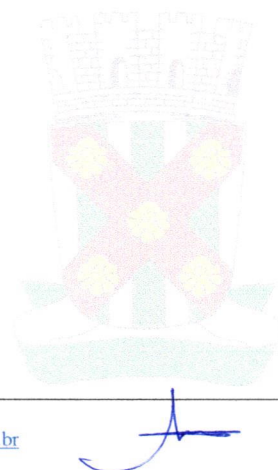
a. Na Educação

- a.1 – Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à população de zero a cinco anos, de modo a atender à totalidade das crianças nesta faixa etária;
- a.2 – Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, universalizando a oferta de vagas;

- a.3 – Melhoria da produtividade do sistema educacional, provendo formação continuada para os profissionais da rede municipal;
- a.4 – Redução do índice de analfabetismo da população a partir de 15 (quinze) anos, aumentando a oferta de vagas na modalidade de jovens e adultos.
- a.5 – Redução da evasão escolar, implementando o programa de garantia de bolsa escola e busca ativa;
- a.6 – Efetivação de políticas públicas garantindo educação inclusiva aos alunos com deficiência, com ampliação da acessibilidade em prédios públicos;
- a.7 – Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;
- a.8 – Expansão das atividades de educação física nas escolas da rede municipal de ensino;
- a.9 – Distribuição da merenda escolar a todas as escolas do município;
- a.10 – Apoio às atividades e extensão universitária;
- a.11 – Manutenção a todos os projetos educacionais das creches e escolas, contribuindo para melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

b. Cultura e Turismo;

- b.1 – Implantar calendário cultural.
- b.2 – Realizar festival de artes tais como: musicais, festcan, violeiros, bandas e fanfarras e a mais bela voz.
- b.3 – Realização de feira de artes, gastronômica, artesanato e comercial.
- b.4 – Realização de eventos, tais como: Carnaval, emancipação política, festa das crianças, decoração natalina, festas juninas e outros eventos.
- b.5 – Realização de gincanas culturais, festas e quadrilhas juninas.
- b.6 – Construção de museu e teatro.
- b.7 – Explorar o turismo ecológico incentivando as práticas de rapel, trilhas e eco pedal.
- b.8 – Manutenção do Fundo Municipal do Cultura e Turismo.
- b.9 – Estimular a participação da população do Município em eventos Culturais promovendo competições, cursos, encontros, amostras e feiras.
- b.10 - Elaborar, manter e divulgar o calendário anual de eventos destacando as riquezas naturais e culturais do Município.
- b.11 - Elaborar plano de mídia, objetivando implementar ações para divulgação das potencialidades turísticas do Município.
- b.12 - Modernizar o setor com investimentos em equipamentos e acessórios inerentes a realização de projetos culturais.
- b.13 - Manutenção da Lei Audir Blanc e Lei Paulo Gustavo
- b.14 – Construção de pórticos e mirante.
- b.15 – Apoio as Cooperativas e Associações de Artesanato.
- b.16 - Apoio aos Roteiros de Ciclo Turismo e Gastronômico dos vales dos sertões.
- b.17 - Manutenção de Convênios que possibilitem fomento a cultura e turismo local.
- b.18 – Criação de Galeria Urbana de Artes.
- b.19 – Apoio ao Instituto Casa do Beradeiro.
- b.20 - Apoio a eventos religiosos e de negócios.



b.21 - Garantir o apoio e incentivo as comunidades quilombolas tradicionais voltado ao artesanato e cultura regional.

c. Da saúde pública;

- c.1 – Reestruturação, reforma, construção e Aquisição dos Equipamentos de Saúde (CER II, UBSs, CAPS, Hospital Municipal Ermina Evangelista, SAMU, Centro de Especialidades e áreas administrativas;
- c.2 – Gestão Gerencial, Financiamento e Organização dos Serviços de Saúde (Rede Própria e sob Gestão);
- c.3 – Qualificação, ampliação e manutenção da Assistência Farmacêutica, para cobertura aos Serviços de Saúde e população;
- c.4 – Manutenção do Conselho Municipal de Saúde para apoiar a participação popular na Gestão Municipal e controle na Gestão do SUS local;
- c.5 – Manutenção da atenção Primária a Saúde, através da Estratégia de Saúde da Família para a garantia da atenção integral da Assistência aos ciclos de vida da população local;
- c.6 – Manutenção e ampliação dos Serviços Assistenciais da Média Complexidade para cobertura loco-regional;
- c.7 – Redução dos Riscos e Agravos à Saúde para população com ações de promoção e prevenção de Vigilâncias em Saúde, Vigilâncias Epidemiológicas, Vigilâncias Ambiental e Sanitária;
- c.8 – Implementação do modelo de Gestão através de novas ferramentas e tecnologias, práticas de educação permanente e gestão financeira;
- c.9 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e Gestão;
- c.10 – Ampliação da Rede Infantil.

d. De habitação e saneamento básico

- d.1 – Aprimoramento da infraestrutura básica do município;
- d.2 – Construção e melhoria de casas populares.

e. De assistência Social

- e.1 – Assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e a pessoas com deficiência física, mediante a ampliação dos atuais programas;
- e.2 – Ampliar os programas de assistência comunitária;
- e.3 – Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas básicas a famílias em situação de vulnerabilidade;
- e.4 – Estimular programas de assistência comunitária;
- e.5 – Ajuda financeira para pessoas carentes (deslocamento para outros centros, aquisição de alimentos, agasalhos, Benefício Eventual, etc.);
- e.6 – Apoio aos pequenos negócios, às empresas comunitárias, na criação de emprego e melhoria de renda familiar;
- e.7 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social;
- e.8 – Ofertar cursos profissionalizantes para família em situação de vulnerabilidade social;
- e.9 – Manutenção do Fundo Municipal do Idoso.
- e.10 – Manutenção de Ações voltadas para as mulheres;
- e.11 - Fomentar doações para entidades cadastradas e certificadas junto ao Conselho Municipal de Assistência Social;
- e.12 Manutenção do Fundo da Criança e do Adolescente – FIA.

f. Esporte e lazer

- f.1 – Realização de eventos esportivos com distribuição de material esportivo.
- f.2 – Criação de escolinha municipal de esportes.
- f.3 – Construção, ampliação e reforma de ginásio poliesportivo, quadra de esporte, estádio, campo de futebol quadras de areia e ciclovias.

II – NA ÁREA ECONÔMICA

a. Agricultura e Meio Ambiente

- a.1 – Implantação do Plano de Resíduos Sólidos;
- a.2 – Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas;
- a.3 – Incentivo e assistência aos agricultores (Distribuição de sementes, corte de terra, trabalhos de ensilagem, distribuição de alevinos e de mudas frutíferas);
- a.4 – Propiciar meios de combate à estiagem através de perfuração de poços em comunidades, como também o fornecimento de Carro Pipa;
- a.5 – Adesão do Garantia Safra;
- a.6 – Recuperação e manutenção das praças, canteiros;
- a.7 – Implantação de Políticas Públicas do Meio Ambiente (Adoção de processo de reciclagem, Arborização Urbana e Projetos voltados para a educação ambiental, principalmente nas escolas) – Visando minimizar os impactos ambientais sendo portanto, importantes instrumentos para a garantia de um futuro com desenvolvimento e preservação ambiental, proporcionando melhoria na qualidade de vida das pessoas;
- a.8 – Revitalização do Riacho Agon;
- a.9 – Desenvolvimento da infraestrutura rural, para fins de irrigação;
- a.10 – Arborização da cidade;

b. Indústria e comércio

- b.1 – Apoio as pequenas e microempresas do município, destinando área no Distrito Industrial de Catolé do Rocha, em parceria com o Governo do Estado da Paraíba.;

III – NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA

a. Recursos Hídricos

- a.1 – Construção e melhoria de açudes, barreiras e barragens subterrâneas.

b. Transportes e Mobilidade Urbana

- b.1 – Manutenção dos veículos da frota municipal;
- b.2 – Conservação da Estação Rodoviária Municipal;
- b.3 – Organização do trânsito de veículos, pedestres, ciclistas e animas e a promoção do desenvolvimento da mobilidade urbana;
- b.4 – Conservação viária das vias urbanas e estradas vicinais no âmbito da zona urbana e zona rural do Município;

- b.5 – Controle da frota de veículos leves e pesados, pertencentes, locados ou cedidos ao município; Conservação e apoio à malha rodoviária municipal;
- b.6 – Controle das despesas de consumo de combustíveis dos veículos e máquinas da frota municipal, alocados nos diversos órgãos da Administração Pública Municipal;
- b.7 – Controle e fiscalização da concessão de serviços de transportes;
- b.8 – Controle e atualização do cadastro e licenciamento de serviço de táxi;
- b.9 – Execução do plano rodoviário municipal;
- b.10 – Organização e manutenção do cadastro das vias públicas e estradas vicinais do município;
- b.11 – Coordenação das medidas de implantação da política rodoviária municipal;
- b.12 – Manutenção e controle dos veículos próprios do município, quanto ao uso, conservação, gasto e depreciação;
- b.13 – Municipalização do trânsito;
- b.14 – Implantação da guarda municipal;

c. Energia

- c.1 – Manutenção da eletrificação urbana e rural;
- c.2 – Implantação de energia solar nos prédios públicos.

d. Serviços Urbanos

- d.1 – Melhoria e ampliação das condições de funcionamento dos serviços de limpeza pública da cidade, com modernização da coleta de lixo;
- d.2 – Manutenção, ampliação, construção e adaptação de prédios públicos do município;
- d.3 – Melhoria e construção de pavimentação asfáltica e a paralelepípedo de ruas, avenidas e comunidades de áreas da zona rural;
- d.4 – Implantação e manutenção de sistema de drenagens e águas pluviais;

Parágrafo Único – Parte integrante desta Lei, anexo único que estabelece a fixação das despesas de capital para o exercício de 2024.

IV – ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

- a.1 – Implantar informatização na prefeitura municipal através de plataforma digital;
- a.2 – Implantação de controle operacional para o pleno funcionamento do processo licitatório;
- a.3 – Manutenção das atividades referentes ao programa gestão democrática municipal;
- a.4 – Capacitação de servidores municipais.

Art. 9º – A Lei Orçamentária Anual de 2024 deverá estar em consonância com o Plano Plurianual e atender os seguintes princípios:

- I - Gestão com foco em resultados:** perseguir indicadores estratégicos de governo que reflitam os impactos na sociedade, buscando padrões ótimos de eficiência, eficácia e efetividade dos programas e projetos;
- II - A participação social:** permanente em todo o ciclo de gestão do PPA e dos orçamentos anuais como instrumento de interação Município e cidadão, para aperfeiçoamento das políticas públicas;
- III - A transparência:** ampla divulgação dos gastos e dos resultados obtidos.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 10 – Para efeito desta lei, entende-se por:

- I.** Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- II.** Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III.** Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- IV.** Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º – Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º – Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, e Legislação posterior se for o caso.

§ 3º – As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programa, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 11 – Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos órgãos do Município, suas autarquias, fundos especiais, fundações, empresas públicas.

Art. 12 – O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo, até 30 de setembro de 2021.

Art. 13 – Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações.

I – O orçamento a que pertence;

II – O grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:

a) **DESPESAS CORRENTES:**

Pessoal e Encargos Sociais;

Juros e Encargos da Dívida;

Outras Despesas Correntes.

b) **DESPESAS DE CAPITAL:**

Investimentos;
Inversões Financeiras;
Amortização e Refinanciamento da Dívida;
Outras despesas de Capital.

Art. 14 - A Lei Orçamentária Anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por intermédio de consórcios públicos, conforme a regulamentação fixada pela Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005 e Portaria n.º 72 de 01 de fevereiro de 2012.

Art. 15 - Constituem fonte de recursos para execução das despesas, aquelas exigidas na legislação vigente na forma das portarias da STN e normativas do Tribunal de Contas do Estado – TCE.

Parágrafo único. As fontes de recursos, seguirão a classificação definida pela Portaria Conjunta STN/SOF n.º 20, de 23.02.2021, Portaria n.º 710, de 25 de fevereiro de 2021 e Portaria n.º 925, de 08 de julho de 2021, bem como legislação interna do Poder Executivo Municipal, conforme quadro abaixo:

- 1 – Recursos do Exercício
- 2 – Recursos de Exercícios Anteriores
- 9 – Recursos Condicionados

Grupo da Fonte de Recurso	Código
Recursos não vinculados de Impostos	500
Outros Recursos não Vinculados	501
Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	540
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	541
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	542
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	543
Recursos de Precatórios do FUNDEF	544
Transferência do Salário-Educação	550
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	551
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	552
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	553
Outras Transferências de Recursos do FNDE	569
Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação	570
Transferências do Estado referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação	571
Transferências de Municípios referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação	572
Royalties do Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação	573
Operações de Crédito Vinculadas à Educação	574
Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	575
Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	576
Outros Recursos Vinculados à Educação	599
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	600
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	601
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	602
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	603
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	621
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais	622
Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde	631

Transferências do Estado referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde	632
Transferências de Municípios referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde	633
Operações de Crédito vinculadas à Saúde	634
Royalties do Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde	635
Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneros vinculados à Saúde	636
Outros Recursos Vinculados à Saúde	659
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	660
Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	661
Transferências de Convênios e outros Repasses vinculados à Assistência Social	665
Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	669
Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	700
Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados	701
Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Municípios	702
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse de outras Entidades	703
Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	704
Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	705
Transferência Especial da União	706
Transferências da União – inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	707
Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	708
Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	709
Transferência Especial dos Estados	710
Outras vinculações de transferências	749
Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	750
Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	751
Recursos Vinculados ao Trânsito	752
Recursos provenientes de taxas e contribuições	753
Recursos de Operações de Crédito	754
Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	755
Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	756
Recursos de depósitos judiciais – Lides das quais o ente faz parte	757
Recursos de depósitos judiciais – Lides das quais o ente não faz parte	758
Recursos vinculados a fundos	759
Recursos de Emolumentos e Taxas judiciais	760
Recursos vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	761
Outras vinculações legais	799
Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	800
Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	801
Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	802
Recursos vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM)	803
Recursos extraorçamentários vinculados a precatórios	860
Recursos extraorçamentários vinculados a depósitos judiciais	861
Depósitos de terceiros	862
Outros recursos extraorçamentários	869
Recursos próprios dos consórcios	880
Recursos não classificados – a classificar	898
Outros Recursos Vinculados	899

Art. 16 – Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024 ao Poder Legislativo.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 17 – O Projeto de Lei Orçamentária do Município relativo ao exercício de 2024 deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento, conforme Artigo 48 da LRF.

I – O princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos municípios às informações relativas ao orçamento.

Art. 18 – A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei, orçamentária serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 19 – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Art. 20 – Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, tomando-se as medidas corretivas necessárias para manutenção do controle e do equilíbrio fiscal para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º – Excluem do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações, constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º – No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo e hierarquizadas:

I – Com pessoal e encargos patronais;

II – Com a conservação do Patrimônio Público, conforme prever o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 21 – Para os fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos e adequação de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal, inclusive a realização de concurso público a qualquer título.

Art. 22 – O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2024 conterà autorização para abertura de créditos adicionais suplementares em percentual fixado entre os limites de 50% do total da despesa fixada para os Poderes Legislativo e Executivo, nas formas previstas no § 1º, incisos I a IV, do art. 43 da Lei nº. 4.320/64.

§ 1º. O Remanejamento de recursos entre órgãos independentemente da categoria econômica da despesa, não se incluem nos limites estabelecidos no caput deste artigo, por se tratar de simples alterações no Quadro de Detalhamento da Despesa.

§ 2º. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais indicarão os valores atribuídos aos grupos de natureza de despesa.

§ 3º. Quando a abertura de crédito suplementar e especiais ocorrer para atender dotações vinculadas a despesas de convênios e fundos especiais serão utilizados os recursos oriundos de suas respectivas fontes, os créditos suplementares abertos com esta finalidade não serão computados no percentual fixado neste artigo.

§ 4º. Os créditos adicionais especiais autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2024 poderão ser reabertos ao limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício seguinte, consoante Parágrafo 2º, do artigo 167, da Constituição Federal.

§ 5º. Na hipótese de haver sido autorizado crédito na forma do “caput” deste artigo, até 31 de janeiro de 2024, serão indicados e totalizados com os valores orçamentários para cada órgão e suas unidades, em nível de menor categoria de programação possível, os saldos de créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2024, consoante disposições do Parágrafo 2º, do artigo 167, da Constituição Federal.

§ 6º. O Poder Executivo poderá realizar transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, na forma da legislação vigente.

Art. 23 - O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:

- I – Atender insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas;
- II – Suprir o pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;
- III – Acolher as despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios;
- IV – Atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas da Educação, Saúde e Assistência Social, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções;
- V – Incorporar os saldos financeiros, apurados em 31.12.2023, e o excesso de arrecadação de recursos, quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta Lei.

Art. 24 – A Lei Orçamentária para o exercício de 2024 conterà previsão de contrapartida de transferências voluntárias, em conformidade com o percentual proposto em projetos de captação de recursos encaminhados a órgãos e entidades da União, Estados e entidades não governamentais.

Art. 25 – Firmado o instrumento de transferência voluntária, fica autorizada a suplementação da dotação, tendo como limite o valor do repasse financeiro pactuado, não se incluindo nos limites estabelecidos no caput do art. 21 desta Lei.

Art. 26 – Ao projeto de lei orçamentária não poderão ser apresentadas emendas em desacordo com as disposições do art. 165, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal e que anulem o valor de dotações orçamentárias vinculadas às seguintes fontes de recursos:

Grupo da Fonte de Recurso	Código
Recursos não vinculados de Impostos	500
Outros Recursos não Vinculados	501
Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	540
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	541
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	542
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	543
Recursos de Precatórios do FUNDEF	544
Transferência do Salário-Educação	550
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	551
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	552

Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	553
Outras Transferências de Recursos do FNDE	569
Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação	570
Transferências do Estado referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação	571
Transferências de Municípios referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação	572
Royalties do Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação	573
Operações de Crédito Vinculadas à Educação	574
Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	575
Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	576
Outros Recursos Vinculados à Educação	599
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	600
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	601
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	602
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	603
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	621
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais	622
Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde	631
Transferências do Estado referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde	632
Transferências de Municípios referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde	633
Operações de Crédito vinculadas à Saúde	634
Royalties do Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde	635
Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	636
Outros Recursos Vinculados à Saúde	659
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	660
Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	661
Transferências de Convênios e outros Repasses vinculados à Assistência Social	665
Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	669
Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	700
Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados	701
Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Municípios	702
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse de outras Entidades	703
Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	704
Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	705
Transferência Especial da União	706
Transferências da União – inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	707
Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	708
Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	709
Transferência Especial dos Estados	710
Outras vinculações de transferências	749
Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	750
Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	751
Recursos Vinculados ao Trânsito	752
Recursos provenientes de taxas e contribuições	753
Recursos de Operações de Crédito	754
Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	755
Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	756
Recursos de depósitos judiciais – Lides das quais o ente faz parte	757
Recursos de depósitos judiciais – Lides das quais o ente não faz parte	758
Recursos vinculados a fundos	759
Recursos de Emolumentos e Taxas judiciais	760
Recursos vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	761
Outras vinculações legais	799
Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	800
Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	801

Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	802
Recursos vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM)	803
Recursos extraorçamentários vinculados a precatórios	860
Recursos extraorçamentários vinculados a depósitos judiciais	861
Depósitos de terceiros	862
Outros recursos extraorçamentários	869
Recursos próprios dos consórcios	880
Recursos não classificados – a classificar	898
Outros Recursos Vinculados	899

Art. 27 – É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais e/ou auxílios financeiros a entidades privadas e a pessoas físicas, ressalvadas aquelas autorizadas em lei, de acordo com o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, e que preencham as seguintes condições:

- I – Sejam entidades privadas de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esportes, turismo, meio ambiente, de fomento à produção e à geração de emprego e renda;
- II – Sejam pessoas físicas carentes, assim reconhecidas por órgão público, federal, estadual e municipal, na forma da lei;
- III – Participem de concursos, gincanas, atividades esportivas e culturais e outras festividades incentivadas e/ou promovidas pelo Poder Público Municipal, aos quais sejam ofertados premiações ou auxílios financeiros.

§ 1º. As entidades privadas beneficiadas, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam recursos.

§ 2º. Os repasses de recursos a entidades serão efetivados mediante convênios, conforme determina o artigo 116 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 28 – A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 29 – A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2024, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 30 - O Poder Legislativo encaminhará à Secretaria Municipal de Planejamento até 30 de Agosto de 2023, sua proposta orçamentária para fins de ajustamento e consolidação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2024.

§1º - A Secretaria Municipal de Finanças encaminhará à Câmara Municipal, até 20 de Agosto de 2023, informações sobre a arrecadação da receita, efetivada até o mês de julho de 2023, bem como a projeção de arrecadação até o final do exercício, a qual servirá de parâmetro para a elaboração da proposta orçamentária do Poder Legislativo.

§2º - O Poder Executivo não poderá efetivar repasse ao Legislativo, superior a 7% da Receita arrecadada imediatamente no exercício anterior, § 2º, inciso I do Art. 29-A da Emenda Constitucional.

Art. 31 – A Lei Orçamentária estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado do Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo bem como as de seus Órgãos, Entidades e Fundos Especiais, da administração direta e indireta, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 32 – O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, observado o disposto no Art. 212 da Constituição Federal.

Art. 33 – O Município aplicará anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo 15% (quinze por cento) dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição da República, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198, da Constituição Federal, e a EC 29 da Constituição Federal.

SEÇÃO I

DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 34 - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, assistência e previdência social e contará com recursos provenientes:

- I. – De repasses do Fundo Nacional de Saúde;
- II. – Das receitas previstas na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
- III. – Da receita de serviços de saúde;
- IV. – De repasses previstos na Lei Orgânica da Assistência Social;
- V. – Do orçamento fiscal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

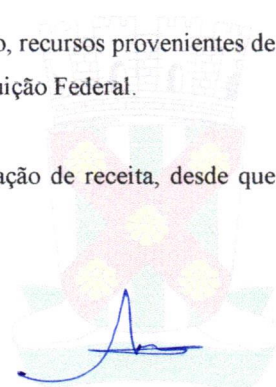
Art. 35 – A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 36 – Será consignada na proposta orçamentária para o exercício de 2024, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições do Parágrafo Único deste artigo.

Parágrafo Único – Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2023, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2024, conforme determina a Constituição Federal (artigo 100, Parágrafo 1º).

Art. 37 – O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

Art. 38 – A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.



CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS

- Art. 39** – No exercício financeiro de 2024, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18,19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000.
- Art. 40** – Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal preservará servidores das Áreas de saúde, educação, assistência social e serviços urbanos.
- Art. 41** – Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde, de saneamento e serviços urbanos.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

- Art. 42** – A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2024 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.
- Art. 43** – A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:
- I – Autorização da planta genérica de valores do município;
 - II – Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
 - III – O pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, será feito à vista ou em parcelas mensais, conforme dispuser ato do Poder Executivo.
 - IV – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos na Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no § 3º do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.
 - V – Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal.
 - VI – Revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
 - VII – Revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
 - VIII – Instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
 - IX – Revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

X – Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

Parágrafo Único – Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo poderá encaminhar projetos de Lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária.

CAPÍTULO VIII DA TRANSPARÊNCIA

Art. 44 – Os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciários, bem como as autarquias, fundações e estatais devem manter os dados fiscais, orçamentários, bem com toda a execução da despesa pública no portal da transparência, bem como a livre informação aos cidadãos, de forma clara e objetiva, em obediência a Lei nº 12.527/2011, Lei Complementar nº 131/2009 e LRF/2000.

CAPÍTULO IX DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 45 – O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento), relativo ao somatório da receita tributária com as transferências previstas nos arts. 153, § 5º, 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com as Emendas Constitucionais nº 25/2000 e nº 58/2009.

Parágrafo Único – A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 46 – É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 47 – O Poder Executivo poderá realizar estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo Único – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o curso das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 48 – Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, conforme indicado no § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993 ou dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 49 – O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 50 – O Poder Executivo Municipal poderá contribuir, através da aquisição direta de bens e serviços, cessão de pessoal ou repasse de recursos financeiros, para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante a celebração de convênio, acordo, ajuste ou congênere, como disposto no art. 62, da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo Único – A celebração de convênios com outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais.

Art. 51 – Os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados a firmar convênios de cooperação técnica com entidades privadas voltadas para a defesa do municipalismo e da preservação da autonomia municipal.

Art. 52 – Serão consideradas legais as despesas com multas, juros e outros acréscimos decorrentes de eventual atraso no pagamento de compromissos por insuficiência de caixa e/ou necessidade de priorização do pagamento de despesas imprescindíveis ao pleno funcionamento das atividades e execução dos projetos da administração municipal.

Art. 53 – O Município, com a assistência técnica prevista no art. 64 da Lei Complementar nº 101/2000, estabelecerá, através de lei específica, normas para utilização de sistemas de apropriação e de apuração de custos e de avaliação de resultados, com vistas à economicidade, à eficiência e à eficácia das ações governamentais.

Art. 54 – O Projeto de Lei Orçamentária de 2024 será encaminhado à sanção até o encerramento da Sessão Legislativa.

Art. 55 – Os ajustes nas ações dos programas do Plano Plurianual, bem como as alterações em suas metas físicas e financeiras serão incluídos na Proposta Orçamentária de 2024.

Art. 56 – Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de Dezembro do ano em curso, o orçamento referente às dotações relativas às ou aos projetos pertinentes às metas previstas nesta Lei poderá ser executado, como proposto, à razão de 1/12 (um doze avos) a cada mês, do total de cada dotação, na forma da proposta originalmente encaminhada à Câmara Municipal, até que seja sancionada e promulgada a respectiva Lei Orçamentária.

Art. 57 - O Projeto de Lei Orçamentária de 2024 não seja encaminhado para sanção até 31 de dezembro de 2023, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta originalmente encaminhada à Câmara Municipal, até que seja sancionada e promulgada a respectiva Lei Orçamentária.

§ 1º. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2024 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º. Depois de sancionada a Lei Orçamentária de 2024, serão ajustadas as fontes de recursos e os saldos negativos apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária na Câmara Municipal, mediante abertura, por Decreto do Poder Executivo, de créditos adicionais suplementares, os quais não onerarão o limite autorizado na Lei Orçamentária para o exercício de 2024.

§ 3º. Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo as dotações para atendimento das seguintes despesas:

- a) pessoal e encargos sociais;
- b) pagamento do serviço da dívida municipal;

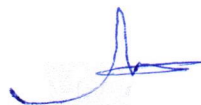
- c) pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde – SUS;
- d) pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do FUNDEB;
- e) pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- f) pagamento das despesas decorrentes de retenções de INSS, FGTS e PASEP.

Art. 58 - Os ajustes nas ações dos programas do Plano Plurianual, bem como as alterações em suas metas físicas e financeiras serão incluídos na Proposta Orçamentária de 2024.

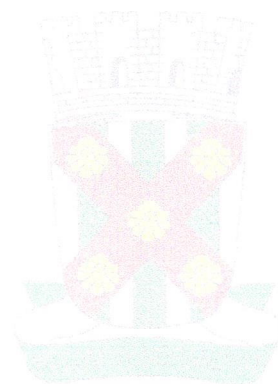
Art. 59 - Os Poderes Municipais deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real patrimônio líquido do Município.

Art. 60 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional de Catolé do Rocha/PB, 23 de maio de 2023.



Lauro Adolfo Maia Serafim
Prefeito Constitucional





PM DE CATOLÉ DO ROCHA - PB

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2024

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	58.879.411,52	65.000.000,00	10,40	95.000.000,00	46,15	118.000.000,00	24,21	136.000.000,00	15,25	155.000.000,00	13,97
Receitas Primárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	58.321.566,04	65.000.000,00	11,45	95.000.000,00	46,15	118.000.000,00	24,21	136.000.000,00	15,25	155.000.000,00	13,97
Despesas Primárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	57.113.029,18	62.063.755,00	8,67	95.000.000,00	53,07	97.014.004,08	2,12	101.666.137,61	4,80	115.041.588,84	13,16
Receitas Primárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	56.571.919,06	62.063.755,00	9,71	95.000.000,00	53,07	95.159.461,38	0,17	99.722.663,62	4,80	112.842.426,55	13,16
Despesas Primárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.271], PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA, Data/hora da emissão: 12/abr/2023 08h e 50m"



PM DE CATOLÉ DO ROCHA - PB
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2024

ARF (LRF, art 4o, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00		0,00
Demandas Judiciais	38.091,02	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO - ANTES DE 05/05/2	38.091,02
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	2.524.720,22	FGTS - DÉBITO PARCELADO E OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	2.524.720,22
Outros Passivos Contingentes	30.037.538,55	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	30.037.538,55
SUBTOTAL	32.600.349,79	SUBTOTAL	32.600.349,79
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	0,00		0,00
Frustração de Arrecadação	0,00		0,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções:	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	3.418.841,73	DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR	3.418.841,73
SUBTOTAL	3.418.841,73	SUBTOTAL	3.418.841,73
TOTAL	36.019.191,52	TOTAL	36.019.191,52

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.271], PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA, Data/hora da emissão: 12/abr/2023 08h e 55m"

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 016, DE 14 DE ABRIL DE 2023.

Egrégia Câmara Legislativa Municipal de Catolé do Rocha – PB,

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao exame e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso Projeto de Lei Municipal Nº 016/2023 que “*Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para Elaboração do Orçamento do Exercício de 2024*” que estabelece as Diretrizes Gerais para a elaboração do Orçamento Municipal para o exercício de 2024, com base nos princípios fixados na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e na Lei Orgânica do Município.

O Projeto de Lei agora encaminhado para apreciação desta nobre Casa Legislativa Municipal Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – LDO para Elaboração do Orçamento do Exercício de 2024, conforme preceitua o artigo 165 inciso II da Constituição Federal, e a Lei Complementar 101 de 04 de Maio de 2000 (LRF).

Como é do conhecimento de todos a LDO estabelece normas e diretrizes para elaboração da Proposta Orçamentária para o Exercício de 2024, objetivando o atendimento digno à população na execução de um trabalho em prol do desenvolvimento do nosso Município. Ressalta-se ainda que as metas e prioridades serão alocadas na proposta orçamentária para o exercício seguinte que com certeza trará melhora melhoras na prestação dos serviços em todos os segmentos da população.

Assim, não resta a menor dúvida de que inexistirá qualquer óbice à aprovação do Projeto em exame, tanto pela sua análise legal, quanto pelo seu contexto social, uma vez que foram atendidas todas as exigências da legislação federal e municipal pertinente à matéria, que irá contribuir com a saúde e o bem-estar de inúmeros cidadãos e cidadãs catoleenses.

Desta forma, em observância ao princípio da legalidade, entende o Poder Executivo estar plenamente justificada a propositura do projeto em epígrafe para o qual aguarda apreciação e aprovação - após a tramitação na Casa Legislativa – dos ilustres membros desta Casa Legislativa, em caráter de URGÊNCIA URGENTÍSSIMA, em conformidade com o seu regimento interno, entendendo se tratar de matéria de interesse público e estarem atendidos os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade para recebimento e análise da matéria.

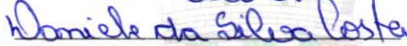
Do Gabinete do Prefeito Constitucional de Catolé do Rocha, Paraíba.

Em 14 de abril de 2023.



Lauro Adolfo Maia Serafim
Prefeito Constitucional

Recebido em 14 de abril de 2023



Daniele da Silva Costa
Diretora Geral

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE
FINANÇAS**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****AUDIÊNCIA PRÉVIA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2024**

O Prefeito Constitucional do Município de Catolé do Rocha-PB CONVOCA a população em geral para participar da **Audiência Prévia** no dia 28 de março de 2023, às 09 horas no Centro de Cultura Geraldo Vandré, para discutir e eleger as prioridades nos atendimentos aos serviços públicos e execução de programas, metas e ações a serem inseridas na elaboração do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o Exercício de 2024, conforme Art. 48, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Serão obedecidos todos os protocolos de vigilância em Saúde.

Catolé do Rocha-PB, 23 de março de 2023

LAURO ADOLFO MAIA SERAFIM
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO

Lei 1372/2013 de 19 de Dezembro de 2013

CATOLÉ DO ROCHA-PB, SEXTA-FEIRA – 24 DE MARÇO DE 2023 – ANO 047 – Nº 3482 – PARTE 1

ATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 1.919, de 23 de março de 2023.
De autoria dos vereadores Daniel Nunes Cavalcante e Humberto Ferreira Maia.

“Denomina de Leopoldina Cavalcante Maia, o Centro de Diagnóstico de Imagens que será construído no Município de Catolé do Rocha/PB”.

O Prefeito Municipal de Catolé do Rocha - PB, o Sr. Lauro Adolfo Maia Serafim, no uso de suas atribuições legais; Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º - Fica denominada de LEOPOLDINA CAVALCANTE MAIA, o Centro de Diagnóstico de Imagens que será construído no Município de Catolé do Rocha/PB.

Art.2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Do Gabinete do Prefeito, Catolé do Rocha, 23 de março de 2023.

LAURO ADOLFO MAIA SERAFIM
Prefeito Constitucional

LEI MUNICIPAL Nº 1.920, de 23 de março de 2023.
De autoria da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal

“Dá nova redação aos incisos I e II da Lei Municipal nº 1407/2014 e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Catolé do Rocha - PB, o Sr. Lauro Adolfo Maia Serafim, no uso de suas atribuições legais, faço saber a que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º. Os incisos I e II do artigo 2º da Lei Municipal nº 1.407/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º.

I – O servidor efetivo que exercer o cargo de Presidente da Comissão de Licitação terá direito a uma gratificação acrescida ao seu salário no valor de R\$300,00 (trezentos reais).

II – O servidor efetivo que exercer o cargo de Membro da Comissão de Licitação terá direito a uma gratificação acrescida ao seu salário no valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais)

Art.2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional de Catolé do Rocha – PB, em 23 de março de 2023.

LAURO ADOLFO MAIA SERAFIM
Prefeito Constitucional

LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PRÉVIA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024

O Prefeito Constitucional do Município de Catolé do Rocha-PB CONVOCA a população em geral para participar da Audiência Prévia no dia 28 de março de 2023, às 09 horas no Centro de Cultura Geraldo Vandré, para discutir e eleger as prioridades nos atendimentos aos serviços públicos e execução de programas, metas e ações a serem inseridas na elaboração do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o Exercício de 2024, conforme Art. 48, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Serão obedecidos todos os protocolos de vigilância em Saúde.

Catolé do Rocha-PB, 23 de março de 2023.

LAURO ADOLFO MAIA SERAFIM
Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA

CONS. PÚBL. DOS MUNICÍPIOS MÉDIO PIRANHAS



zscem@catoleदारocha.pb.gov.br

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE
FINANÇASTERMO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA

Aos 28 dias do mês de março de 2023 no Centro de Cultura Geraldo Vandré, nesta cidade, a todos os presentes na Audiência Prévia realizada pela Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha-PB, com a finalidade de debater o projeto da **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)** para exercício de 2024, para ser encaminhada a Câmara Municipal de Vereadores, onde foram discutidas e analisadas as suas diretrizes para elaboração da **PROPOSTA DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2024**, os quais tomamos conhecimento e achamos que a mesma irá atender os anseios da população e como nada mais houve a tratar assinamos o presente Termo de Audiência Prévia.

1. Enzo Rafael de Souza Sousa
2. Maria Francinete Vieira
3. Maria Antonia Neta
4. José Z. Lourenço de Sá Neto
5. Antony Pereira da Silva
6. Carla André da Silva Lima
7. Shallio Rorodo de Sá Xavier
8. Adelto Evangelista do Espírito Santo
9. José Augusto de Sá Neto
10. Gláucio Cláudio de Medeiros Lima
11. Jay do Jato Forte
12. Jamaine da Silva Diniz
13. Artur de Sá
14. Enzo Pereira de Sá
15. Hilber Wagner A. Garvão
16. Brincante L. Oliveira do Porto
17. Expedito Antonio do Sacramento Filho
18. José F. Silva
19. Francisco de Sá A. de A. Neto
20. Rafael Lima

ESTADO DA PARAÍBA



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CATOLÉ DO ROCHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE
FINANÇAS

21. Francisco Nestor Pto: Procurador P. Municipal.
22. Olegine Mirelly G. de Sousa: Sec. de Transporte.
23. Antônio Nunes SEC. SEC. DE ESPORTE
24. Djalma Linhares - SEC. DE CULTURA
25. Leiviana Maria Furtado Moraes.
26. Paulo de Aquino Furtado Júnior - Vigilância Sanitária - SAÚDE
27. Juciana Nara Santana de Araújo Costa - Residente (8º GRS)
28. Michelle de Sousa Sousa - Residente (8º GRS)
29. Bruno Rafael da Silva Nascimento - Residente (8º GRS)
30. Neurislene Maciel Santos.
31. Toucinho de Sousa Franca
32. Yonibelle Maria da Silva
33. Marcelo Antonio de Sales
34. Geam de Sousa Silva - Quintembala - Praça Base
35. Thiago Bruno Diniz Sousa (ORGANIZADOR DEMOCRÁTICO ESTADUAL)
36. Carolete de Souza
37. Abraham da Silva
38. _____
39. _____
40. _____
41. _____
42. _____
43. _____
44. _____
45. _____
46. _____
47. _____
48. _____
49. _____
50. _____
51. _____

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE
FINANÇAS**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****AUDIÊNCIA PRÉVIA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2024**

O Prefeito Constitucional do Município de Catolé do Rocha-PB CONVOCA a população em geral para participar da **Audiência Prévia** no dia 28 de março de 2023, às 09 horas no Centro de Cultura Geraldo Vandré, para discutir e eleger as prioridades nos atendimentos aos serviços públicos e execução de programas, metas e ações a serem inseridas na elaboração do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o Exercício de 2024, conforme Art. 48, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Serão obedecidos todos os protocolos de vigilância em Saúde.

Catolé do Rocha-PB, 23 de março de 2023

LAURO ADOLFO MAIA SERAFIM
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO

Lei 1372/2013 de 19 de Dezembro de 2013

CATOLÉ DO ROCHA-PB, SEXTA-FEIRA – 24 DE MARÇO DE 2023 – ANO 047 – Nº 3482 – PARTE 1

ATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 1.919, de 23 de março de 2023.
De autoria dos vereadores Daniel Nunes Cavalcante e Humberto Ferreira Maia.

“Denomina de Leopoldina Cavalcante Maia, o Centro de Diagnóstico de Imagens que será construído no Município de Catolé do Rocha/PB”.

O Prefeito Municipal de Catolé do Rocha - PB, o Sr. Lauro Adolfo Maia Serafim, no uso de suas atribuições legais; Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º - Fica denominada de LEOPOLDINA CAVALCANTE MAIA, o Centro de Diagnóstico de Imagens que será construído no Município de Catolé do Rocha/PB.

Art.2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Do Gabinete do Prefeito, Catolé do Rocha, 23 de março de 2023.

LAURO ADOLFO MAIA SERAFIM
Prefeito Constitucional

LEI MUNICIPAL Nº 1.920, de 23 de março de 2023.
De autoria da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal

“Dá nova redação aos incisos I e II da Lei Municipal nº 1407/2014 e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Catolé do Rocha - PB, o Sr. Lauro Adolfo Maia Serafim, no uso de suas atribuições legais, faço saber a que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º. Os incisos I e II do artigo 2º da Lei Municipal nº 1.407/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º.

I – O servidor efetivo que exercer o cargo de Presidente da Comissão de Licitação terá direito a uma gratificação acrescida ao seu salário no valor de R\$300,00 (trezentos reais).

II – O servidor efetivo que exercer o cargo de Membro da Comissão de Licitação terá direito a uma gratificação acrescida ao seu salário no valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais)

Art.2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional de Catolé do Rocha – PB, em 23 de março de 2023.

LAURO ADOLFO MAIA SERAFIM
Prefeito Constitucional

LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PRÉVIA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024

O Prefeito Constitucional do Município de Catolé do Rocha-PB CONVOCA a população em geral para participar da Audiência Prévia no dia 28 de março de 2023, às 09 horas no Centro de Cultura Geraldo Vandré, para discutir e eleger as prioridades nos atendimentos aos serviços públicos e execução de programas, metas e ações a serem inseridas na elaboração do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o Exercício de 2024, conforme Art. 48, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Serão obedecidos todos os protocolos de vigilância em Saúde.

Catolé do Rocha-PB, 23 de março de 2023.

LAURO ADOLFO MAIA SERAFIM
Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA

CONS. PÚBL. DOS MUNICÍPIOS MÉDIO PIRANHAS



33ccm@catoleदारocha.pb.gov.br











PM DE CATOLÉ DO ROCHA - PB
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024

Page 1 of 4

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00



Page 2 of 4

PM DE CATOLÉ DO ROCHA - PB
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA	DESPEZA PREVIDENCIÁRIA	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = ("d" exercício anterior) + (c)

PLANO PREVIDENCIÁRIO

2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00



PM DE CATOLÉ DO ROCHA - PB
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024

Page 3 of 4

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
PLANO FINANCEIRO				
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00



PM DE CATOLÉ DO ROCHA - PB
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024

Page 4 of 4

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
PLANO FINANCEIRO				
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.271], PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA, Data/hora da emissão: 12/abr/2023 08h e 52m"



PM DE CATOLÉ DO ROCHA - PB

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2024

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2022 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas 2022 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	74.600.000,00	0,00080	103,28980	97.053.456,70	0,00100	104,51580	22.453.456,70	30,10000
Receitas Primárias (I)	74.455.000,00	0,00080	103,08900	95.069.530,03	0,00100	102,37930	20.614.530,03	27,69000
Despesa Total	95.717.491,66	0,00100	132,52860	91.848.779,84	0,00090	98,91090	-3.868.711,82	-4,04000
Despesas Primárias (II)	94.384.999,62	0,00100	130,68370	90.466.287,80	0,00090	97,42210	-3.918.711,82	-4,15000
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da linha (III) = (I - II)	-19.929.999,62	-0,00020	-27,59470	4.603.242,23	0,00010	4,95720	24.533.241,85	-123,09710
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00000
Dívida Consolidada Líquida (DL)	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00000
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-3.081.988,62	0,00000	-4,26730	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00000

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.271], PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA, Data/hora da emissão: 12/abr/2023 08h e 49m"



PM DE CATOLÉ DO ROCHA - PB
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2024

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMAS BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
			0,00	0,00	0,00	

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.271], PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA, Data/hora da emissão: 12/abr/2023 08h e 52m"



PM DE CATOLÉ DO ROCHA - PB
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2024

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

REGIME NORMAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	27.577.022,31	100,000	19.153.524,36	100,000	2.468.689,07	100,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Resultado Acumulado	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
TOTAL	27.577.022,31	100,00	19.153.524,36	100,00	2.468.689,07	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.271], PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA, Data/hora da emissão: 12/abr/2023 08h e 50m"



PM DE CATOLÉ DO ROCHA - PB

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2024

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2024
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.271], PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA, Data/hora da emissão: 12/abr/2023 08h e 53m"



PM DE CATOLÉ DO ROCHA - PB
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2024

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	VI. Corrente (a)	VI. Constante	% PIB (a/PIB)x100	RCL (a/RCL)x100	VI. Corrente (b)	VI. Constante	% PIB (b/PIB)x100	RCL (b/RCL)x100	VI. Corrente (c)	VI. Constante	% PIB (c/PIB)x100	RCL (c/RCL)x100
Receita Total	118.000.000,00	97.014.004,08	0,00120	184,53460	136.000.000,00	101.666.137,61	0,00130	212,68390	155.000.000,00	115.041.588,84	0,00140	119,23080
Receitas Primárias (I)	101.042.938,74	95.030.883,89	0,00090	158,01620	113.168.091,39	99.587.920,42	0,00100	176,97820	120.524.017,33	112.689.956,21	0,00100	92,71080
Receitas Primárias Correntes	96.586.119,36	90.839.245,26	0,00090	151,04640	108.176.453,68	95.195.279,24	0,00100	169,17200	115.207.923,17	107.719.408,17	0,00100	88,62150
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.729.754,46	8.210.334,07	0,00010	13,65200	9.777.324,99	8.604.046,00	0,00010	15,29030	10.412.851,12	9.736.015,80	0,00010	8,00990
Transferências Correntes	85.944.482,34	80.830.785,64	0,00080	134,40450	96.257.820,22	84.706.881,79	0,00090	150,53300	102.514.578,53	95.851.130,93	0,00090	78,85740
Demais Receitas Primárias Correntes	1.911.882,56	1.798.125,55	0,00000	2,98990	2.141.308,47	1.884.351,45	0,00000	3,34870	2.280.493,52	2.132.261,44	0,00000	1,75420
Receitas Primárias de Capital	4.456.819,38	4.191.638,63	0,00000	6,96980	4.991.637,71	4.392.641,18	0,00000	7,80620	5.316.094,16	4.970.548,04	0,00000	4,08930
Despesa Total	118.000.000,00	95.159.461,38	0,00120	184,53460	136.000.000,00	99.722.663,62	0,00130	212,68390	155.000.000,00	112.842.426,55	0,00140	119,23080
Despesas Primárias (II)	102.485.139,79	96.387.273,97	0,00090	160,27160	114.783.356,57	101.009.353,78	0,00100	179,50430	122.244.274,74	114.298.396,89	0,00110	94,03400
Despesas Primárias Correntes	88.758.707,73	83.477.564,62	0,00080	138,80550	99.409.752,66	87.480.582,34	0,00090	155,46220	105.871.386,57	98.989.746,45	0,00100	81,43950
Pessoal e Encargos Sociais	56.229.625,75	52.883.963,02	0,00050	87,93480	62.977.180,84	55.419.919,14	0,00060	98,48700	67.070.697,59	62.711.102,25	0,00060	51,59280
Outras Despesas Correntes	32.529.081,98	30.593.601,60	0,00030	50,87070	36.432.571,82	32.060.663,20	0,00030	56,97520	38.800.688,98	36.278.644,20	0,00040	29,84670
Despesas Primárias de Capital	10.951.586,08	10.299.966,71	0,00010	17,12670	12.265.776,41	10.793.883,24	0,00010	19,18190	13.063.051,88	12.213.953,51	0,00010	10,04850
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	2.774.845,98	2.609.742,64	0,00000	4,33940	3.107.827,50	2.734.888,20	0,00000	4,86020	3.309.836,29	3.094.696,93	0,00000	2,54600
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	-1.442.201,05	-1.356.390,08	0,00000	-2,25540	-1.615.265,18	-1.421.433,36	0,00000	-2,52610	-1.720.257,41	-1.608.440,68	-0,00010	-1,32320
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	3.244.527,49	3.051.478,11	0,00000	5,07400	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.271], PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA, Data/hora da emissão: 12/abr/2023 08h e 48m"



PM DE CATOLÉ DO ROCHA - PB

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2024

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2022 (a)	2021 (b)	2020 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	100.150,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	100.150,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2022 (d)	2021 (e)	2020 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES REGIMES PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
VALOR(III)	(g) = ((Ia - IIId) + IIIh)	(h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	(i) = (Ic - IIIf)
	100.150,00	100.150,00	0,00

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.271], PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA, Data/hora da emissão: 12/abr/2023 08h e 51m"

RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 01/06/2023 às 15:26:34 foi protocolizado o documento sob o N° 59485/23 da subcategoria LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias , exercício 2024, referente a(o) Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Lauro Adolfo Maia Serafim.

Meio de Publicação: Diário Oficial do Município

Data de Publicação: 24/05/2023

Documento	Informado?	Autenticação
1) Texto da Lei	Sim	c3448862c70ae759fc4d19228277ece0
2) Anexo de Metas Fiscais	Sim	a860929e31616c790f27c6001e2409c9
3) Anexo de Riscos Fiscais	Sim	1a3bf5b8fbd296329276a9df9668e43f
4) Mensagem de Encaminhamento ao Poder Legislativo	Sim	4edf7363726632a5752e0cb78dff4ace
5) Comprovante de Realização de Audiência Pública	Sim	86d2851789401390ac200bc75f71cdc0
6) Outros Anexos	Sim	54899ef80f1011d9d240c7e69a6e0bc4

João Pessoa, 01 de Junho de 2023



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB

**Diretoria de Auditoria e Fiscalização - DIAFI**

Departamento de Auditoria da Gestão Municipal II - DEAGM II

Divisão de Auditoria da Gestão Municipal IV - DIAGM IV

Documento nº	59485/23
Subcategoria	LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Jurisdicionado	Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha
Responsável	Lauro Adolfo Maia Serafim
Assunto	Lei de Diretrizes Orçamentárias
Exercício	2024

LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES**1 Introdução**

Trata o presente levantamento de verificação sobre aspectos formais dos dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) referente ao exercício financeiro de 2024 (Doc. TC nº 59485/23) em relação ao disposto na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e na RN-TC nº 07/2004. Ressalta-se que este trabalho não constitui uma análise material sobre o conteúdo da norma, limitando-se à existência ou não de dispositivos que integram a estrutura da LDO, nos termos do subitem nº 6.1.1.4.2 do Procedimento Operacional Padrão nº 02, versão 3 (Rotina para Análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO).

2 Levantamento

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 - LDO 2024 - foi enviada a esta Corte de Contas em 01 de junho de 2023. A Tabela 1 apresenta os itens verificados e respectivas respostas.

Tabela 1: Levantamento de informações

Item de verificação	Resposta
2.1. Texto da lei?	Sim
2.2. Comprovação de publicação no órgão oficial de imprensa do Ente?	Sim

Tabela 1: Levantamento de informações (continuação)

Item de verificação	Resposta
2.3. Prova de realização de audiência pública durante o correspondente processo legislativo?	Sim
2.4. Metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício a que se refere?	Sim
2.5. Normas para elaboração do orçamento definindo estrutura, conteúdo e anexos da LOA?	Sim
2.6. Regras sobre os efeitos de alterações na legislação tributária?	Sim
2.7. Equilíbrio entre receitas e despesas?	Sim
2.8. Repasses de duodécimos para os poderes e/ou órgãos dotados de autonomia orçamentária nos termos da Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica do Município ou normas especiais?	Sim
2.9. Critérios e forma de limitação de empenho?	Sim
2.10. Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos programas financiados com recursos orçamentários?	Sim
2.11. Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas?	Sim
2.12. Condições e exigências para transferências de recursos para pessoas físicas?	Sim
2.13. Reserva de contingência?	Sim
2.14. Autorização para "concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público"?	Sim
2.15. Normas sobre emendas parlamentares individuais e/ou de bancadas, impositivas ou não?	Não
2.16. Definição de "despesa considerada irrelevante" para os fins do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF?	Sim
2.17. Regras em caso de ausência de LOA válida no início do exercício financeiro?	Sim
2.18. Anexo de Metas Fiscais?	Sim
2.19. Anexo de Riscos Fiscais?	Sim

^a Fonte: Tramita

3 Constatações

Com base no levantamento realizado, conclui-se pela existência da(s) seguinte(s) inconformidade(s):

Item	Inconformidade
3.1	Ausência de normas sobre emendas parlamentares individuais e/ou de bancadas, impositivas ou não

4 Conclusão

Conclui-se, portanto, que resta(m) evidenciada(s) a(s) seguinte(s) constatação(ões):

- 1) Ausência de normas sobre emendas parlamentares individuais e/ou de bancadas, impositivas ou não (Art. 166, § 3º, inciso I da Constituição Federal) .

Assinado em 11 de Dezembro de 2023



Emmanuel Teixeira Burity
Mat. 3702936
CHEFE DE DIVISÃO

Assinado em 11 de Dezembro de 2023



Plácido Cesar Paiva Martins Junior
Mat. 3703762
CHEFE DE DEPARTAMENTO